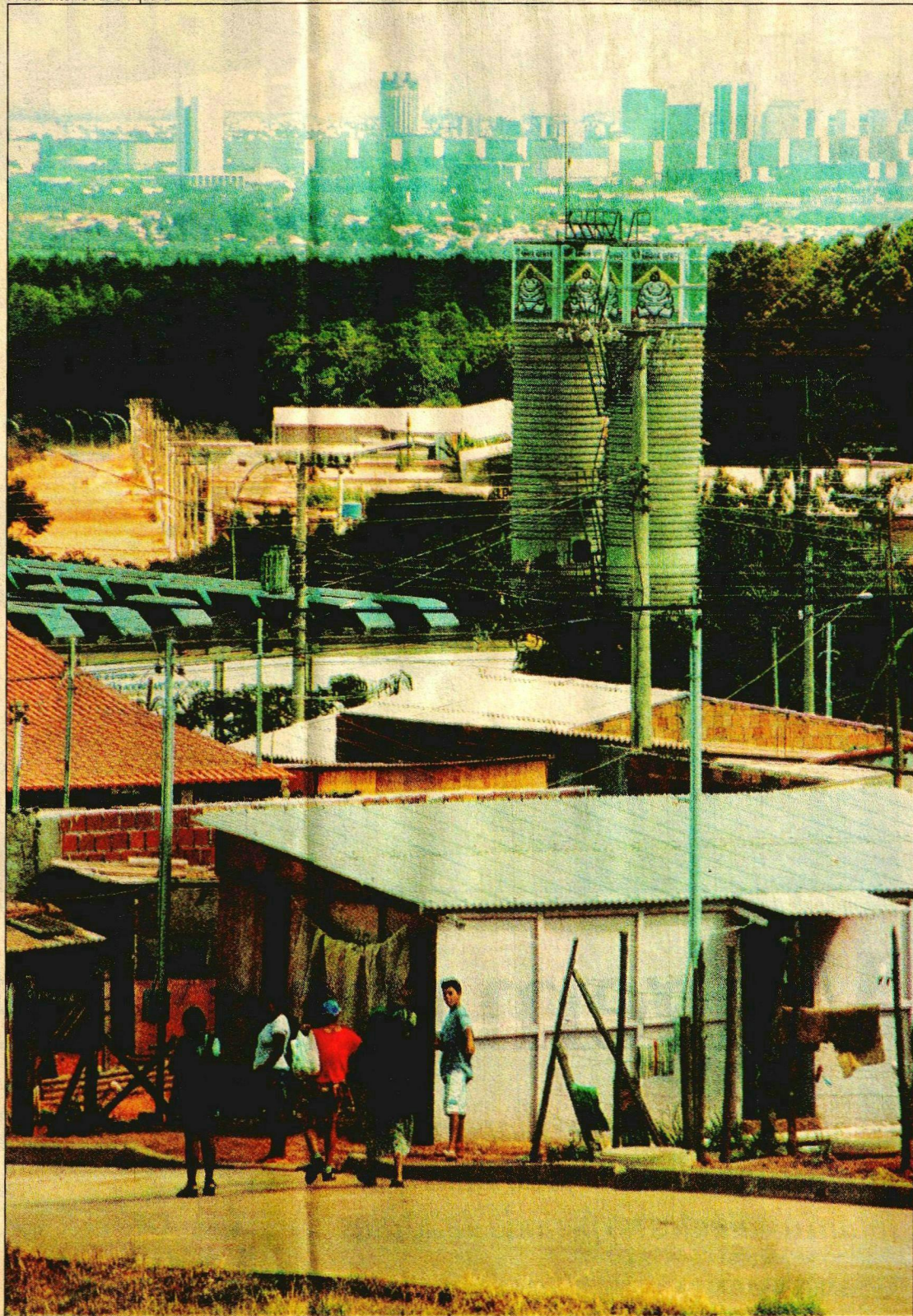


# Muita gente e pouca terra

DF - Invasão

Fotos: Antonio Paulo Siqueira



Invasores tomaram conta de 28 lotes nas quadras 5 e 7: famílias não querem ir para Recanto das Emas

*Invasores e militares disputam 28 lotes ocupados nas quadras 5 e 7 do Paranoá. Onze famílias foram removidas ontem*

Da Redação

O dia amanheceu movimentado ontem nas quadras 5 e 7 do Paranoá. Fiscais da Administração Regional chegaram logo cedo com caminhões para remover 28 famílias para o Recanto das Emas. As famílias — moradoras do local há cerca de 1 ano e meio — invadiram lotes que, segundo a chefe do Departamento de Fiscalização, Arizoneide Pereira Soares, pertencem a outras pessoas inscritas no Instituto de Desenvolvimento Habitacional (Idhab), com prioridade de ocupação. Até o final da tarde, 11 famílias tinham se mudado.

“Não vou para o Recanto das Emas”, repetia a dona-de-casa Adriana da Silva Pereira, com o protocolo do Idhab na mão, para provar que também tem inscrição no programa habitacional. “O lote que ocupo não tem dono. Não vejo razão para não ficar”. Adriana mora na quadra 5, conjunto A, com os dois filhos. Assim como ela, outras pessoas se recusaram a assinar um termo de compromisso preparado pelo Idhab e Administração Regional, concordando com a transferência.

Muita gente estava desconfiada. “Nesse período, três administradores regionais passaram por aqui e ninguém foi retirado. Por que isso agora?”, questionava o líder comunitário João Gomes Pereira. A principal dúvida

dos moradores era a lista das pessoas beneficiadas com a desocupação. “Querem tirar todo mundo para beneficiar os amigos”.

No tumulto da remoção, até duas moradoras beneficiadas pelo Programa Morar Legal, em 1998, acabaram entrando na relação dos que iriam para o Recanto das Emas. A dona-de-casa Antônio do Socorro Mendes desesperava-se, tentando provar que tinha recebido o lote em setembro daquele ano, quando o

então governador Cristovam Buarque beneficiou 150 moradores da antiga Vila Paranoá, com o Decreto 17.783 de 25 de outubro de 1996. Acabou conseguindo ficar.

Para o presidente do Idhab, João Carlos de Medeiros, não há o que o discutir sobre o assunto. “A iniciativa de remover as pessoas é da Administração Regional. Apenas organizamos uma reunião para conversar com as pessoas e explicar que deveriam sair”, garante. O administrador regional, Francisco Gomes de Figueiredo, por sua vez, diz que a decisão foi do Idhab.

Enquanto isso, a confusão sobre o direito de ocupação continuava na rua. Meirilane Duarte da Silva, por exemplo, se defendia por ter comprado há um mês — “sem saber” — um lote invadido no conjunto A da quadra 5. Pagou R\$ 6 mil pelo terreno de 128 metros quadrados, com um barraco de madeirite. “Se me tiraram daqui, como é que eu fico?”, dizia, indignada.

## LONGA ESPERA

Mas, a disputa pela área das quadras 5 e 7 do Paranoá ainda não termina por aí: é maior e mais antiga. Antes dos invasores, o local estava prometido para policiais militares e bombeiros, que iriam construir prédios residenciais. O

que não aconteceu.

Segundo o presidente da Associação de Desenvolvimento Habitacional de Policiais Militares de Sobradinho, Planaltina e Paranoá, sargento Peres Levi, o que está acontecendo é um desrespeito à categoria. E a notícia da remoção, garantiu, foi mais uma surpresa desagradável. “Essa área é nossa e dos bombeiros, de acordo com o Decreto 1.501/97, que nunca foi cumprido”, reclama.

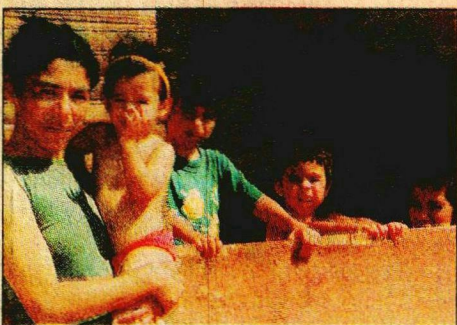
Ele acusa o ex-governador

Cristovam Buarque de ter beneficiado outras pessoas com lotes destinados à construção de prédios para 295 militares, às vésperas das eleições. “E agora, esse governo, que tinha prometido nos ajudar, está fazendo a mesma coisa — vai entregar a área para gente que não tem nada a ver”.

Peres Levi lembra que a associação já entrou na Justiça para reivindicar as duas quadras. O processo está na 6ª Vara de Fazenda Pública. “Aqueles pessoas estão lá ilegalmente. Todos têm

indicação de alguém, de deputado, de assessor”, acusa. “Enquanto isso, os policiais continuam esperando em posição de sentido. Só não sei até quando...”

Sobre essa situação, o presidente do Idhab, João Carlos, diz que a regularização ainda não saiu por pendências na documentação. “O programa que beneficia grupos organizados, como o dos militares, está passando por um processo de ‘saneamento’ antes da liberação da área”, completa.



Meirilane pagou R\$ 6 mil por terreno: “Se me tiram daqui, como é que eu fico?”